

Roriz vai à Estrutural explicar veto

Governador decide ir hoje à invasão para dizer o que vai oferecer aos moradores que vão ser transferidos para outros locais

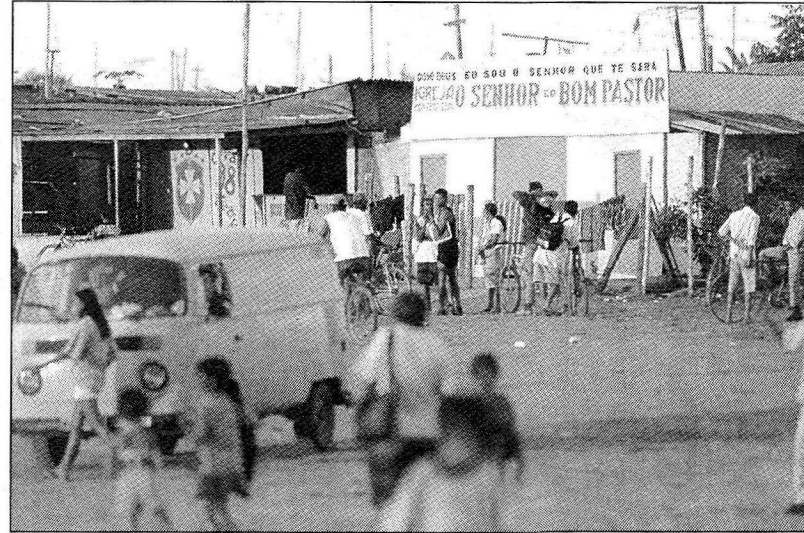
Antes de decretar oficialmente o fim da invasão da Estrutural, assinando o veto à sua regularização, o governador Joaquim Roriz (PMDB) decidiu prestar contas às 2 mil famílias que vão ter de deixar o local. Roriz vai visitar hoje, às 16h, a invasão para preparar o espírito dos invasores e começar a negociar a transferência. Mas ela não será imediata. O governo ainda precisa definir as áreas onde as famílias poderão ser fixadas. O veto do governador foi antecipado pelo **Correio Braziliense**, ontem.

“Vou à Estrutural para dizer o que vai ser feito. Em hipótese alguma, será usada violência. Não vou desamparar ninguém”, garantiu o go-

vernador. Mas se depender dele, a Câmara Legislativa não vai conseguir regularizar invasões de terra pública com a simples aprovação de leis. Ele está disposto a vetar todas que tenham esse objetivo. E já deu prova disso ao assinar ontem o veto à lei do deputado Adão Xavier (PPB). O texto, aprovado no final de março, beneficiaria 200 famílias que ocupam irregularmente lotes nas quadras 404, 601, 602 e 609 de Samambaia.

Na segunda-feira é a vez do governador encerrar questão sobre a polêmica invasão da Estrutural. Roriz decidiu vetar a lei, de autoria do deputado José Edmar (PMDB), que garantiria a permanência dos

Wanderlei Pozzembom



Moradores da Estrutural vão ouvir do próprio governador por que vão sair

invasores na área. O parecer da consultoria jurídica do governador aponta que tanto a lei de Edmar como a de Xavier são contrárias ao interesse público, além de avalizar situações irregulares.

“Não podemos endossar uma ilegalidade. Não existe registro imobiliário nessas áreas ocupadas. Elas são públicas”, argumenta Paulo César Ávila, consultor jurídico do governador.

O GDF temia que a sanção dessas leis estimulasse ainda mais as invasões que se proliferaram no Distrito Federal nos últimos meses. Segundo a secretária de Habitação, Ivelise Longhi, o legislativo deveria colaborar mais com o executivo no que se refere às invasões. “Esse tipo de regularização não deveria acontecer nunca por projeto de lei. A avaliação tem sempre de ser de governo, para não cristalizar irregularidades”, avalia a secretária.

O deputado José Edmar (PMDB), que é líder do governo na Câmara Legislativa e autor da lei da Vila Operária, preferiu não se pronunciar sobre o veto do governador ao seu projeto. Ele está mais preocupado em explicar a decisão de Roriz aos seus eleitores que vivem na invasão da Estrutural. Por isso, também vai ao local hoje para conversar com invasores.

A solução para os moradores da invasão de Samambaia como da Es-

trutural será a mesma. Dentro de 60 dias, o governo estará executando um novo programa de moradia popular com recursos na ordem de R\$ 50 milhões vindos da área federal.

O GDF vai oferecer como contrapartida os lotes onde serão construídos pequenos prédios de apartamentos para atender famílias de baixa renda. As primeiras famílias a serem contempladas serão as que atualmente vivem na invasão da Estrutural. Mas elas terão de se encaixar nos critérios da Secretaria de Habitação. As moradias não vão sair de graça. Quem for contemplado terá de pagar prestações que podem variar de R\$ 50,00 a R\$ 150,00.

Ao mesmo tempo que vai transferir as famílias, o governo quer que a área seja sendo ocupada pelo comércio e por indústrias — como está previsto na lei que destinou o local para o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA).